



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7620 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 06 - Educação Popular

EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DAS ÁREAS CAPIXABAS ATINGIDAS PELO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO

Monnique Greice Malta Cardoso - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DAS ÁREAS CAPIXABAS ATINGIDAS PELO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, Distrito de Mariana, Minas Gerais, que resultou em uma onda de lama de rejeitos de minérios com cerca de 40 milhões de m³, chegando ao estado do Espírito Santo por meio do Rio Doce e de seus afluentes. Morosamente, nesse cenário de crime, negligência e devastações inúmeras, em março de 2016, foi assinado um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre o Governo Federal, os Governos Estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos Estaduais de MG e do ES, juntamente com as mineradoras causadoras do desastre: Samarco, Vale S.A. e BHP Bilinton, “com o fim de recuperar, mitigar, remediar, reparar, inclusive indenizar, e nos casos que não houver possibilidade de reparação, compensar os impactos nos âmbitos socioambiental e socioeconômicos, decorrentes do EVENTO, incluindo ações já em curso” (TTAC, 2016, p. 7). Nesse mesmo instrumento foi instituída uma nova estrutura de governança para tratar dos assuntos decorrentes do rompimento da barragem, entretanto esse foi compreendido pela população atingida, como um instrumento engessado, no qual não era conferida ao público atingido participação efetiva. Após discussões e negociações para conferir maior participação da população atingida, em junho/2018, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Governança, foi assinado tendo como um dos seus objetos: “o aprimoramento de mecanismos de efetiva participação das pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO em todas as etapas e fases do TTAC e do presente ACORDO” (TAC GOV, 2018, p. 4).

Os mais atingidos pelos efeitos do rompimento da barragem e da chegada da lama nos municípios capixabas foi a população ribeirinha e campesina (pescadores, agricultores, quilombolas e indígenas), que em sua maioria não tem familiaridade com linguagem técnica e nem possuem instrução suficiente para compreender a imensidão de documentos que vêm sendo produzidos desde então. E se não compreendem tais documentos, a luta por seus direitos se torna ainda mais difícil e desafiadora. Como contribuir de maneira significativa na luta dos atingidos pela reparação de danos?

Nesse ínterim, a Rede de Pesquisa ComRio ComMar (CRCM), articulou-se junto ao

Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em busca de compreender a luta dos atingidos. A partir dessa interlocução, a pesquisa buscou por indicação dessas organizações, lideranças de áreas e associações que foram atingidas pelo desastre nos municípios capixabas de São Mateus, Colatina, Linhares, Serra e Vitória. Foi apresentada a elas a tecnologia social de governança participativa denominada ComRio ComMar Opinião Popular (CRCMOP), que consistia na coleta de opiniões, por meio de uma urna de plástico e papéis impressos como cédulas de votação, nas quais os participantes puderam escrever suas opiniões e reivindicações acerca dos problemas existentes decorrentes da chegada da lama, que se deu pelos rios, mares ou mangues. Na primeira votação foram formuladas as primeiras propostas, que receberam um código de seis dígitos (cada uma), e foram publicizadas por meio do Jornal CRCMOP, tornando acessível a informação aos participantes, informando sobre as propostas existentes, seus respectivos códigos e também os votos de apoio que receberam naquele trimestre. O Jornal se tornou um material de apoio indispensável para as reuniões nas comunidades e associações e também durante as votações.

Concomitante a implementação do CRCMOP, ocorreram as oficinas de capacitação, com uma proposta pedagógica de capacitar as lideranças participantes quanto ao trabalho a ser desenvolvido em suas organizações e comunidades, bem como para formá-las enquanto sujeitos conscientes e participativos diante dessa nova estrutura de governança instituída pelo TTAC. As oficinas de capacitação tiveram papel central não só para o trabalho de democracia participativa nos territórios (que durou 16 meses), mas principalmente para (re)unir e promover maior interação entre a população atingida, os pesquisadores, os técnicos e representantes do poder público, que também participavam do processo pedagógico. As oficinas tinham o objetivo de capacitar as lideranças com informações de qualidade e materiais didáticos de linguagem acessível às suas realidades, para que de fato lhes fosse útil nessa luta contra os gigantes da mineração (Cf. Santos, Galdeano, Cardoso, 2019).

A partir da definição de educação popular de Freire e Nogueira (2014) como “o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” (p. 33), é que atrelamos à essa o papel das oficinas de capacitação para o engajamento e mobilização social nas organizações e comunidades, trabalho que promoveu resultados tão expressivos e significativos para a luta da população atingida, a saber: cerca de 24 mil votos, aproximadamente 500 propostas e 4 mil participantes nas organizações e comunidades. Esses dados resultaram em um Boletim Técnico Científico, construído coletivamente entre pesquisadores, técnicos e atingidos, que tem sido compreendido pelas lideranças como um instrumento que legitima suas reivindicações e as demandas existentes.

Haja vista a morosidade na adoção das medidas de reparação dos danos e a constante judicialização das questões que se referem ao reconhecimento de áreas impactadas e ao pagamento de indenizações, a população atingida vive em constantes mobilizações sociais para lutar por seus direitos. A CRCMOP foi mais uma possibilidade de mobilização, como uma das tantas “iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil” (LIBARDONI, 2000, p. 02), tendo na educação popular, um mecanismo importante que contribuiu na participação social e engajamento político, uma vez que as capacitações e os conteúdos abordados nas oficinas (saúde, meio ambiente, negociações com autoridades e técnicos, compreensão do TTAC, dentre outros) foram apresentados de maneira dialógica, conferiram participação e protagonismo aos participantes, que não estavam ali somente para aprender, mas para compartilhar seus saberes tradicionais e de ofício, seu “saber-fazer”, ao passo que percebiam “os espaços coletivos na comunidade” foram estabelecendo “um processo de educação permanente, para toda vida” (Streck *at al.*, 2014, p. 111).

Em síntese, as oficinas tinham uma estrutura (dinâmicas, mística, apresentações em grupo) que fomentavam o processo dialógico de aprendizado e, por conseguinte, a busca pelo saber, contribuindo, então, para uma educação promotora de transformação social.

Palavras-chave: Educação Popular. Capacitação. Políticas Públicas. Rio Doce.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público Federal. Termo de Ajustamento de Conduta – Governança. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs?b_start:int=100. Acesso em 10/09/2020.

COMRIO COMMAR. Boletim Técnico ComRio ComMar Opinião Popular. Disponível em: <https://www.comriocommar.com.br/>. Acesso em 10/09/2020.

FREIRE, P. e NOGUEIRA, A. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Libardoni, M. (2000.) Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, 8(2), 167-169.

SAMARCO. Termo de Transação de Ajustamento de Conduta. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em 11/09/2020.

[SANTOS, Larissa Galdino de Magalhães](#); [GALDEANO, Ana Paula](#) e [CARDOSO, Monnique Greice Malta](#). **Por uma tecnologia crítica, reflexiva e engajada com o público**. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2019, vol.19, n.spe, pp. 199-221. ISSN 2175-1390.

STREK, D. R. PITANO, S. C. MORETTI, C. Z. SANTOS, K. LEMES, M. PAULO, F. S. Educação Popular e docência. 1ª ed.. São Paulo: Cortez, 2014.